

ARTIGO

HINO DA TERCEIRA INTERNACIONAL EM RITUAIS REVOLUCIONÁRIOS NO BRASIL

ALZIRA LOBO DE ARRUDA CAMPOS

Livre-docente em Metodologia da História, pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP/FRANCA), Mestre e Doutora em História Social pela Faculdade de História da Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa em Ciências Humanas (nível: Mestrado) da UNISA/SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7264-9368>

LUIZ ANTONIO DIAS

Mestre e Doutor em História Social (UNESP/Assis); Pós-doutorado em Derecho, Economía, História (Universidad Nacional de Córdoba). Docente do Programa de História (PUCSP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8834-442X>

RAFAEL LOPES DE SOUSA

Mestre em História Social (UNESP/Assis); Doutor em História Social (UNICAMP). Diretor de Escola Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8018-8530>

RESUMO: Este artigo reflete sobre a função da música em movimentos populares, em especial para a organização da massa trabalhadora, por meio do Hino da III Internacional, que significou, nos tempos heroicos da organização da esquerda brasileira, a palavra de ordem da Revolução Proletária, mesmo após a rejeição de Stálin ao internacionalismo. Nos movimentos operários que se organizaram em partidos que pretendiam uma revolução proletária, a Revolução de Outubro de 1917 tornou-se um modelo a reproduzir no Brasil, conferindo alento às vanguardas operárias e medo às elites nacionais. Nesse ambiente de polarização, certamente desigual, o hino *A Internacional* tornou-se parte integrante dos rituais revolucionários da esquerda paulista, funcionando como canto de combate nas passeatas e comícios dos trabalhadores. Era um modo de transmitir a ideia do internacionalismo como estratégia fundamental para a tomada de consciência sobre a exploração do trabalho pelo capital, etapa considerada necessária para a instalação posterior de uma ditadura do proletariado.

PALAVRAS-CHAVE: Rituais revolucionários; Revolução de Outubro de 1917; Esquerda Revolucionária em São Paulo; *A Internacional Comunista*.

HYMN OF THE THIRD INTERNATIONAL IN REVOLUTIONARY RITUALS IN BRAZIL

ABSTRACT: This article reflects on the role of music in popular movements, especially for the organization of the working masses, through the Hymn of the Third International, which meant, in the heroic times of the organization of the Brazilian left, the slogan of the Proletarian Revolution, even after Stalin's rejection of internationalism. In the workers' movements that organized themselves into parties that wanted a proletarian revolution, the October Revolution of 1917 became a model to be reproduced in Brazil, giving encouragement to the workers' vanguards and fear to the national elites. In this atmosphere of polarization, certainly unequal, the hymn A Internacional became an integral part of the revolutionary rituals of the São Paulo left, functioning as a combat song in the workers' marches and rallies. It was a way of transmitting the idea of internationalism as a fundamental strategy for raising awareness of the exploitation of labor by capital, a stage considered necessary for the subsequent installation of a dictatorship of the proletariat.

KEYWORDS: Revolutionary rituals; October Revolution of 1917; Revolutionary Left in São Paulo; The Communist International.

Recebido em: 04/10/2022

Aprovado em: 05/01/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p263-298>



Introdução

Nos dias 25 e 26 de outubro (de acordo com o estilo antigo) de 1917, os bolcheviques se apoderaram do poder em Petrogrado. Nesse momento, na Europa, não se pensou a não ser nas consequências militares dessa nova revolução, que viria liberar as tropas da Entente da Frente Leste, permitindo a concentração dos esforços na frente ocidental. Na verdade, esse acontecimento ultrapassou muito as suas consequências militares, uma vez que dividiu o mundo em duas partes, modificando profundamente toda a evolução histórica da humanidade. O fenômeno revolucionário russo passou a ser um polo de atração ou de repulsão, em torno do qual passaram a serem situados, mais ou menos conscientemente, todos os atos e tomadas de posição das nações mundiais. Como observou André Malraux, o acontecimento capital da Guerra de 1914 não foi Verdun, a sua maior batalha, mas sim a Revolução Russa, um acontecimento que deve ser medido não por ele mesmo, mas por suas consequências.

A comemoração dos 100 anos da Revolução produziu narrativas acadêmicas de amplo espectro e graus de intensidade diversos. Homenagens, acertos de contas, panegíricos e críticas severas agitaram a historiografia, propondo novas visões e modelos analíticos sobre fatos e personagens considerados dignos de atenção. As correntes que se digladiaram nos momentos históricos cruciais do estabelecimento de um regime sem classes refletiram-se na literatura produzida sobre o tema, por meio de tomadas de posição divergentes e, por vezes, antagônicas. O espelho multifacetado polarizou-se nas facções aguerridas e antitéticas das visões proletárias e das visões burguesas, acirrando os ânimos de uma esquerda radical, que se apresenta, na atualidade, em aparente recuo. Objetos e abordagens, pluralistas na aparência, encontram-se marcados por posições ideológico-partidárias de seus autores. Pelo direito à memória, os prototrotskistas passaram a ser estudados, desde as primeiras dissensões que apresentaram sobre os rumos da Revolução de Outubro, após a tomada do poder por Stálin e o estabelecimento de um culto de personalidade, cujo paralelo na história só pode ser encontrado na figura dos grandes ditadores fascistas, seus contemporâneos, nas ditaduras de tipo moderno,

consubstanciadas no poder centralizado exercido por lideranças carismáticas, concentradoras totais do poder. No quadro crítico da Europa, fragilizada pela Guerra de 1914-18 e pela Crise Econômica Mundial, demarcada pelo crack da Bolsa de Nova York de 1929, mas que atingiu a países diversos, em tempos vários, lideranças carismáticas chegaram ao poder. Nesse cenário, Benito Mussolini conquistou o poder na Itália, em 1922, servindo de exemplo a Adolf Hitler, na Alemanha de 1933, posta sob a direção única do Partido Nacional Socialista dos Operários Alemães, reduzido para Partido Nazista. A ideia de segurança era vendida como inerente a um poder totalitário, no qual a figura do chefe encarnaria a nação. Os regimes se baseavam em mitos: na Itália, um mito histórico (a reconquista da glória do Império Romano); na Alemanha, um mito biológico, baseado na raça pura germânica. Stálin, em sua tomada de poder, em 1928, precedida pela luta mortal com Trotsky, travada desde 1924, baseava-se no materialismo histórico e na dialética da luta da classe proletária contra a burguesia. Mas a sua liderança foi duramente criticada pelos dissidentes comunistas, pelo personalismo, nacionalismo e substituição da ditadura do proletariado pela ditadura do Partido Comunista. Os aderentes a Stálin, pelo contrário, viam que, nas circunstâncias históricas do momento, não seria possível acolher dissidências, uma vez que o fracionismo partidário enfraqueceria a Esquerda Revolucionária diante do poder do capital, representado pelas ditaduras fascistas em ascensão global. Essas posições tiveram consequências graves na história do comunismo no Brasil, uma vez que expulsaram das fileiras partidárias alguns dos revolucionários mais ativos, que passaram a sofrer a dupla perseguição do Estado e a de seus antigos camaradas. A máquina de propaganda do Kremlin sustentou o culto da personalidade de Stálin e a ficção da “pátria dos trabalhadores” em discursos, comemorações e manuais escolares, integrando a ideologia e a história oficial que sustentavam o regime e seu império:

O Kremlin levava a História tão a sério que criou uma sólida burocracia para controlá-la, para fabricar sua linguagem e conteúdo, de tal maneira que expurgos homicidas e arbitrários se tornavam “um trunfo contra inimigos e espões estrangeiros”, e o tirano reinante virava um “Amigo de Todas as Crianças, a Grande Águia da Montanha”. O regime criou um império que era uma vasta sala com as portas trancadas e as janelas vedadas. Todos os livros

e jornais permitidos na sala traziam a Versão Oficial dos Eventos [...]. Aqueles que eram servos leais da Versão Oficial eram recompensados e declarados “professores” e “jornalistas”. Nas cidadelas do Partido Comunista que eram o Instituto de Marxismo-Leninismo, o Comitê Central e a Escola Superior do partido, os sacerdotes da ideologia corriam risco de morte ao se desviar do dogma. Havia segredos por toda parte (Remnick, 2017, p. 28).

O estilo polêmico e ideologicamente engajado do texto acima era o usual durante as fraturas sentidas pelas correntes de esquerda no Brasil, na medida em que a ditadura do proletariado, preconizada por Marx como etapa necessária para o estabelecimento da sociedade sem classes, era substituída pela ditadura do partido, dominada inteiramente por Stálin. Esse desvio tático e teórico refletiu-se pesadamente no Brasil, com a formação de uma linha aderente a Trotsky, que se tornou a principal corrente de combate contra as diretrizes stalinistas.

É a esse quadro complexo que esperamos nos juntar, estendendo as reflexões existentes para um dos legados mais significativos da III Internacional: o seu hino, tema ainda insuficientemente analisado pela historiografia. Como consequência, esperamos também colaborar para a compreensão de um assunto que tem exercido forte interesse acadêmico em muitas partes do mundo, em particular em países da América Latina, nesta época de globalização e mundialização: a sobrevivência de culturas nacionais, no âmbito radical do internacionalismo de produção, troca e consumo de mercadorias (materiais e espirituais). Não se cuida aqui do nacionalismo perfilhado por elites minoritárias, mas do nacionalismo “que desenvolve uma base popular de massa sob a forma de consciência nacional ou de um apego aos símbolos e instituições da nacionalidade, embora possam existir vínculos históricos entre os dois” (Hobsbawm, 2017, p. 473). O apego dos revolucionários à simbologia do Hino da III Internacional é o eixo condutor desta análise, que procura verificar a nacionalidade definida acima na biografia do canto-de-guerra da Revolução de Outubro.

Em contraste com o nacionalismo, predominante nas concepções ideológicas do capitalismo liberal, uma multidão de homens levantou a tese do internacionalismo, considerada indispensável para o estabelecimento de uma sociedade sem classes, conseqüentemente, sem desigualdades sociais. Para

tanto, seria inevitável uma revolução cruenta, efetivada por meio da mobilização do proletariado em um combate mortal contra o imperialismo, ao qual se alinhava a burguesia nacional. Contra a exploração histórica do trabalhador, uma contra-tática se impunha: a união mundial dos explorados contra os seus exploradores. A partir de tal premissa e na contracorrente de nação e pátria, organizaram-se os movimentos de esquerda no Brasil, quer se tratasse de libertários, socialistas ou comunistas. Para todos, *A Internacional* fazia sentido: no amplo espectro dos grupos engajados na luta político-revolucionária, esse hino funcionava como ferramenta de formação e de dispersão da consciência de classe dos oprimidos. Nesse sentido, o Hino da Terceira Internacional, em suas circunstâncias históricas, suscita uma abordagem complexa, que contemple o hino em si do ponto de vista de sua inserção na história social das artes, conjuntamente com as relações de poder que manteve com a Revolução de 1917.

Rituais, música e política entrelaçam-se em celebrações no mundo todo. Mesmo após a transformação da URSS em Rússia, em 1991, o povo continuou a participar de comemorações, lembrando Stálin e o tempo revolucionário vivido por seus pais e avós (Aleksiévitch, 2016, p. 54). Nas festas populares, a “Marselhesa” russa continuava a ser entoada, lembrando os anos duros da política stalinista, marcados por rupturas nas lideranças revolucionárias, pela NEP (Nova Economia Política), campos de concentração e milhões de mortos. Mas a indignação popular de hoje se estende contra o liberalismo, que reduziu os ideais da luta proletária ao consumismo. Trata-se de uma longa jornada. Um de seus capítulos pode ser observado no recorte constituído pela luta entre facções da esquerda radical brasileira – as vanguardas do operariado da cidade de São Paulo – para assumirem a liderança da revolução proletária. Como um dos elementos dessa estratégia, a celebração do Dia do Trabalho, ou o “1.º de Maio”, merece comemorações especiais, configurando um feriado nacional no Brasil e em outros países do mundo. Nele ocorrem festas, passeatas, exposições e manifestações destinadas à reivindicação de direitos trabalhistas e à conscientização de classe. A partir de Stálin, o “festival anual do trabalho” elevou o culto da personalidade à categoria de entretenimento público, com todos os carros alegóricos, canções, cartazes e faixas dedicados à veneração do “líder

genial” da revolução (REMNICK, 2017, p. 413). Khruschóv e Brejnev tornaram a atmosfera mais festiva, referindo-se mais às conquistas “insuperáveis” do trabalhador do que à magnificência do líder. Em 1988, embora ainda subsistissem retratos dos chefes do Politburo e alguns slogans aprovados pelo Comitê Central, a cerimônia reduziu-se praticamente a uma diversão, com “homens musculosos erguendo halteres dourados no ar, ginastas ninfetas dando saltos ornamentais em homenagem à classe operária”. No ano seguinte, os slogans se converteram “numa pieguice adocicada”, sem traço algum de ideologia. Em 1990, na era Gorbachov, o Primeiro de Maio foi calmo e monótono, com a presença predominante de operários, que viveram “durante décadas num mundo de garantias (ainda que parcas) e verdades absolutas (ainda que falsas), e agora tudo tinha sido denunciado, minado, desmascarado” (Remnick, 2017, p. 413-414). A imagem especular desse quadro se encontra nos movimentos da esquerda radical no Brasil, recentemente influenciados por ideias revisionistas sobre Stálin, que reconhecem que alguns dos rumos totalitários por ele adotados foram estratégias necessárias à vitória da Revolução de Outubro, defronte aos ataques dos russos brancos, apoiados por regimes reacionários, receosos do contágio bolchevique em seus países.

Política revolucionária em São Paulo

A criação do PCB evoluiu a partir da organização de movimentos operários em São Paulo, como consequência da importação de mão de obra para a economia nacional, em especial para as lavouras de café, que se ressentiam da falta de escravos e da qualidade inferior que o elemento servil apresentava frente aos imigrantes europeus. Entre 1884 e 1903, mais de um milhão de italianos afluíram para o Brasil, encaminhando-se principalmente à província de São Paulo, em direção aos seus cafezais e às suas fábricas, trabalhando em condições próximas às dos escravos. Em 1900, os 90% da força industrial compunham-se de estrangeiros, que trouxeram com eles ideias anarquistas e socialistas, contrárias ao domínio do capital sobre o trabalho. Essas ideias foram responsáveis por convencer os governos de países europeus a encorajar a saída de elementos radicais de seus países, em especial após a ocorrência de atentados terroristas

praticados por alguns anarquistas, inspirados na “propaganda pela morte”. Tal como aconteceu na Europa, o anarquismo no Brasil tornou-se mais importante do que o socialismo, até a fundação do Partido Comunista em 1922. Do ponto de vista teórico, a influência principal era a de Miguel Bakunin, que preferia conspirar para a derrubada dos governos, confiando menos na leitura teórica e mais na ação. Em finais do século XIX, o Brasil também recebeu imigrantes espanhóis, que vieram a participar das primeiras lutas dos anarquistas contra a burguesia (DULLES, 1977, p. 18-20).

A entrada de imigrantes repercutiu diretamente sobre a organização dos trabalhadores brasileiros, uma vez que os recém-chegados possuíam experiências teóricas e de combate ao domínio dos burgueses sobre os operários. Tal fato era do conhecimento das autoridades e elites brasileiras. Alguns historiadores consideram que a entrada em massa de imigrantes para trabalhar nas lavouras paulistas teria provocado o aumento na procura de gêneros alimentícios e do custo de vida, o que teria servido como caldo de cultura para os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores (Beiguelman, 1977, p. 15).

A memória proletária guarda os movimentos operários dos primeiros anos do século passado, definindo a organização do trabalho frente ao capital. Greves, paredes, atos de sabotagem marcaram os primórdios da tomada de consciência dos trabalhadores paulistas, encaminhando-os para correntes e partidos políticos de uma esquerda chamada de radical. Anarquistas e libertários forneceram nessa etapa da luta proletária algumas de suas lideranças mais notáveis, que pretendiam, em princípio, substituir a teoria pela ação. Hostis à Igreja, aos governos estabelecidos e ao poder no seu sentido mais amplo, os anarquistas atuavam especialmente por meio de comícios, festas e passeatas, fornecendo um auxílio decisivo aos grevistas. Assim ocorreu na greve de vidreiros, majoritariamente franceses, que reivindicaram que seus salários continuassem a ser pagos na moeda nacional e não em francos, conforme medida administrativa a vigorar a partir de 1.º de março de 1901. Com o apoio amplo dos libertários e socialistas, os vidreiros conseguiram evitar que a contraprestação de seus serviços lhes fosse paga em francos (JORNAL AVANTI, n.º 22, 1901). Nesse mesmo ano, explodiu uma greve de trabalhadores de pedreira, para a diminuição da jornada de trabalho de

12 para 10 horas, que foi vitoriosa. Outros movimentos lutavam pela pontualidade no pagamento salarial e, embora derrotados, forneceram a oportunidade para que o Segundo Congresso Socialista Brasileiro, reunido na cidade de São Paulo em maio de 1902, anunciasse a generalização de ofensivas operárias à opressão capitalista (Dulles, 1977, p. 26). Greves semelhantes ocorreram, solicitando o pagamento pontual dos salários, como aconteceu com os chapeleiros da Fábrica Deodato Leme. Neno Vasco, o editor do periódico anarquista *O Amigo do Povo* (Maffei, 1978, p. 134) e tradutor para o português da letra de *A Internacional* (Ikeda, 2001), noticiou amplamente esse movimento, comprovando, mais uma vez, a presença libertária no campo das lutas trabalhistas, no momento crucial em que as greves forneciam a base para a futura organização partidária do proletariado. Os anarco-sindicalistas dominaram alguns sindicatos até a década de 1920, no período classificado por Leôncio Basbaum como “romântico”, propondo a luta violenta contra a Igreja, o Estado e o Capitalismo. Para tanto, serviam-se de discursos inflamados, pronunciados em comícios, clubes e piqueniques, além de uma extensa matéria divulgada por meio de jornais anarquistas. Nesse contexto, surgiam as primeiras críticas contra o bolchevismo, emitidas por Florentino de Carvalho, no jornal *A Plebe*, declarando que os libertários russos sustentavam verdadeiras batalhas nas cidades de Petrogrado e Moscou contra a ditadura do proletariado, sendo, portanto, falsa a ideia de que seriam apoiadores da Revolução de Outubro. Malgrado tal informação, a maioria dos anarquistas persistiu na crença de que essa revolução constituiria uma etapa necessária para que se alcançasse o comunismo-anarquista, considerado como a “última etapa ascensional para onde caminham a história e a humanidade” (Dulles, 1985, p. 132). Tal situação transformou-se em março de 1922, quando Edgard Leuenroth publicou um manifesto-programa em que define as posições dos anarquistas (“comunistas-anarquistas”) de São Paulo, como em luta contra a propriedade privada, defendendo o método da ação direta, que “tende a despertar a iniciativa, o espírito de espontaneidade, a decisão, a coragem, e ensina a massa popular a agir por conta própria, a unir-se e a viver sem qualquer tutela” (Dulles, 1985, p. 145). As raízes anarquistas presentes na teoria e táticas dos primeiros comunistas

brasileiros foram fortemente rechaçadas pela direção do PCB, e na década de 1930 os libertários perderam a posição-chave que tiveram no passado.

Com menos vigor do que o anarquismo, o socialismo, em suas fases revolucionária e reformista, foi outra corrente a influenciar os operários paulistas. Embora circunscrito a um grupo de intelectuais e operários, os socialistas tentavam conquistar a massa trabalhadora com ideias provindas de Proudhon, Marx e Engels, Lassale e Saint-Simon. Assinale-se que a confusão teórica era comum entre as correntes de esquerda, assim como a amizade entre camaradas e companheiros de núcleos políticos divergentes. As “saudações proletárias” com que os comunistas concluía as suas cartas eram substituídas pelas “saudações anticlericais” dos anarquistas, a refletir uma acentuada semelhança de rituais entre os esquerdistas de 1920 e 1930. Muitos deles sentiam-se confusos ante a gama teórica que lhes era apresentada, procurando entender qual seria a concepção verdadeira sobre a revolução proletária. Muitas vezes, por tática, alinhavam-se à corrente hegemônica. É assim que podemos entender os fluxos comuns entre homens e ideias da esquerda nacional, unidos na defesa dos trabalhadores, como podemos seguir nos registros sobre as greves que se verificaram nos trinta anos iniciais do século passado. Assim, no Congresso do Partido Socialista Brasileiro de 1902, que reuniu boa parte das lideranças revolucionárias paulistas, ouviu-se o discurso de Ascendino Reis, mais tarde professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, em defesa dos chapeleiros da Fábrica Deodato Leme, no movimento grevista supracitado. Nesse ano, houve greves nas indústrias Regoli & Crespi (Mooca) e Sant’Anna (Brás), tendo sido dominadas por uma repressão violenta da polícia contra os trabalhadores, dissolvendo piquetes e prendendo os principais líderes grevistas. O “Círculo Socialista do Brás” encampou as reclamações dos operários, considerando que elas nasceram da miséria de seus salários e da intransigência dos patrões em modificar as condições precárias em que viviam. Ao contrário, a imprensa burguesa elogiava com entusiasmo a ação policial, como garantidora da ordem na sociedade (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 14/1/1903). Em 1903, o anarquista espanhol Everardo Dias fundou o jornal *O Livre Pensador*. Nesse ano, os tecelões de São Paulo entraram em greve pela redução da jornada de trabalho, que era de

14 a 15 horas. No mesmo ano, no mês de setembro, foi fundado em São José do Rio Pardo o “Clube Internacional Filhos do Trabalho”, de caráter socialista, do qual fazia parte Euclides da Cunha, que relembra o fato de ter sido Karl Marx o primeiro a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva para definir o socialismo científico, denunciando o capitalismo como responsável por ter colocado o trabalhador num nível inferior ao da máquina (Maffei, 1978, p. 135).

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, comprova a organização institucional da classe trabalhadora, manifestada concretamente em maio e junho de 1907, ocasião em que os operários paulistanos realizaram uma grande demonstração de força pela jornada de oito horas, atendendo à recomendação daquele congresso. Os industriais recusaram-se a aceitar a jornada reivindicada, argumentando, com inegável desfaçatez, que “as oito horas de trabalho reclamadas com tanta insistência não devem ser concedidas, pois contribuirão para que os operários, ainda mais que hoje, empreguem seus lazes nos botequins e festanças, onde pervertem o espírito, dando trabalho à polícia” (Maffei, 1978, p. 139-140).

No interior das greves vemos surgir, pela primeira vez, menções ao hino dos trabalhadores. O fato aconteceu em 16 de fevereiro de 1901, quando as operárias da Fábrica de Tecidos Sant' Anna revoltaram-se com a mudança na sistemática de remuneração por tarefa e foram apoiadas pela imprensa anarquista e socialista (*Fanfulla, Tribuna Italiana, Avanti*). A vitória do movimento foi comemorada pelos jornais como “o triunfo de 700 mulheres contra a prepotência do capitalismo”, o que vinha a demonstrar “o valor altíssimo da união, que transforma um aglomerado anônimo de máquinas de trabalho numa coletividade pensante, consciente e respeitada, concretizando em fatos a verdade expressa nos versos do nosso Hino dos Trabalhadores” (JORNAL AVANTI, 2/3/1901 e 3/3/1901).

No ambiente de fermentação política e de organização partidária, as lideranças de esquerda na capital paulista passaram a se considerar rivais e a lutar pelo controle da massa laboral. Libertários, socialistas e comunistas empenhavam-se na luta pela revolução social, utilizando-se de processos de propaganda e de táticas políticas semelhantes para a abordagem dos trabalhadores. Os embates teóricos, no entanto, foram-se fazendo ásperos e, a partir de 1928, cindiram os

membros das diversas correntes de esquerda então existentes, transformando-os, de inimigos virtuais, em reais. A “agitação” processava-se no seio de um forte cerco policial, sustentado por leis sumárias de eliminação de indivíduos considerados perigosos à ordem social. As conferências constituíam um dos principais meios de propaganda da esquerda e havia a preferência por alguns conferencistas, como o conde italiano Francisco Frola, cujos ataques ao fascismo e, em particular, a Mussolini, fizeram com que perdesse a cidadania italiana, em 1926, colocando-o ao alcance da polícia política brasileira (PRONTUÁRIO n. ° 152).

A estratégia da luta operária baseava-se em transmitir a situação precária do homem sem recursos, a não ser aqueles auferidos por meio de seu trabalho, como uma etapa necessária para a organização do proletariado em partidos políticos que defendessem os seus interesses. As correntes revolucionárias da época dividiam-se entre anarquistas, anarco-sindicalistas e socialistas, que embora irmanadas no mesmo objetivo, digladiavam-se pela liderança da massa popular. Os anarquistas, evidentemente, atuavam em clubes e associações, sendo adversos aos sindicatos, estes tolerados pela ala dos anarco-sindicalistas. Com o início da tomada de consciência dos operários, os comícios e passeatas passaram a marcar a rotina paulistana, especialmente em datas comemorativas do trabalho ou nas homenagens a alguns heróis de luta. Essas comemorações eram seguidas pela polícia das Delegacias de Ordem Social e Política, que se especializou na repressão aos movimentos contestatórios de operários e na defesa dos empresários e governo. Uma das passeatas teve lugar após o fim de um comício realizado no Largo da Sé, quando os manifestantes, aos gritos de “vivas” aos seus líderes e de “morras” aos policiais e governantes, passaram a circular por ruas centrais. Durante esse episódio ocorreram numerosas prisões, como a de um sapateiro anarquista, Agostinho Farina, ferido depois de participar de uma reunião promovida pelo Centro de Cultura Social no Salão das Classes Laboriosas, contra o nazi-fascismo. Interrogado pela polícia, o sapateiro respondeu que havia participado como ouvinte de uma sessão do Centro de Cultura Social, tendo comunistas e anarquistas como companheiros. No final da reunião, os presentes foram para o Largo da Sé, local em que principiaram a entoar o hino dos trabalhadores, mas ele não acompanhara os demais por não saber de cor a letra desse hino, além de não

ter voz. No entanto, disse num ato de valentia, tendo-se em conta a violência com que a política tratava os prisioneiros que caíam em suas mãos, ele cantaria o hino se dispusesse das habilidades necessárias para isso, uma vez que esse hino somente continha palavras de fraternidade internacional, que não podiam ofender aqueles que as ouviam (PRONTUÁRIO n.º 848, f. 7).

A movimentação de operários obedecia a uma tática para a obtenção de resultados favoráveis a eles, mas a consciência de classe começou a ser didaticamente desenvolvida pela ação dos socialistas, preponderante na liderança do proletariado, no amplo período mediado pela edição do *Manifesto Comunista* de 1848, até a década de 1970 (Hobsbawm, 2011, p. 362). No Brasil, entretanto, os anarquistas expulsos da Europa e que haviam entrado como imigrantes para o trabalho nas lavouras cafeeiras e fábricas, exerceram o papel preponderante nesse momento de contestação e de organização dos trabalhadores. Como já se assinalou, a Revolução de 1917 constituiu um marco decisivo para as lutas proletárias, mas, ao mesmo tempo, dividiu os camaradas entre si, em correntes inimigas. Com efeito, em contraposição às ações comunistas, em todos os ramos de atividade no país tinha sido sempre intensa a campanha policial, desagregando núcleos, segregando dirigentes, apreendendo material de propaganda, desarticulando os centros de organização, desvelando o trabalho de camuflagem dos organismos auxiliares do partido e impedindo a disseminação doutrinária pela propaganda verbal, principalmente em comícios de porta de fábrica, tática que havia sido, em certa época, “largamente empregada e ardorosamente recomendada” (PRONTUÁRIO n.º 2.431, v. 4, fls. 56-71). E, nesse quadro de intensa atuação dos revolucionários e da repressão, a classe trabalhadora continuava a marchar ao som do hino da Terceira Internacional. Uma longa marcha, cujos fatos essenciais para a compreensão dos destinos dos comunistas e de seu hino, nos tempos duríssimos que levaram ao afastamento dos trotskistas do PCB.

Os movimentos revolucionários em São Paulo nortearam-se profundamente pelo desenvolvimento do socialismo, que teve origem na falência da Segunda Internacional, em 1914, e no triunfo dos bolchevistas, em outubro de 1917. Os partidos comunistas que se organizaram pelo mundo todo constituíram o modelo predominante do movimento revolucionário da primeira

metade do século XX. Entender a organização dos operários no Brasil implica, portanto, a necessidade de se entender o desenvolvimento do Partido Comunista nacional, tarefa complexa, dadas as divisões ideológicas e táticas assumidas por diferentes correntes de esquerda. Como observa Hobsbawm, para os estudiosos que se preocupam em verificar a história dos partidos comunistas a partir da denúncia de Stálin por Khruschóv, é difícil imaginar o significado da Revolução de Outubro para os trabalhadores do mundo inteiro, pois ela significou a primeira revolução proletária que empreendeu a construção da ordem socialista, dando aos trabalhadores a possibilidade do triunfo do socialismo, do “começo da revolução mundial, o começo de um mundo novo” (Hobsbawm, 1985, p. 15).

Os revolucionários brasileiros acompanharam entusiasmados os acontecimentos ocorridos na Rússia, entusiasmo que se manifestava na organização político-partidária dos trabalhadores, que se apresentou, até a tomada do poder por Stálin, relativamente homogênea quanto a seus objetivos. Anarquistas, socialistas e comunistas não apresentavam as profundas dissensões que se tornaram claras e antitéticas após 1928, fracionando as lideranças revolucionárias nacionais diante das forças oligárquicas da Primeira República e dos Anos Vargas. Nesse contexto, é preciso notar que as manifestações operárias deveriam se processar em silêncio e na obscuridade, dadas as condições ditatoriais existentes, fato por si só a explicar as poucas referências à entoação da *Internacional* nas manifestações operárias. Mas há outra razão a ser levada em conta: a rejeição de Stálin ao internacionalismo, o que o levou a proibir o hino dos trabalhadores. Esses dados lançam algumas luzes sobre a atuação dos grupos de esquerda, politicamente organizados em partidos revolucionários ou reformistas, durante a primeira metade do século XX, no Brasil.

***A Internacional* como canto de guerra dos trabalhadores**

Como indicam os estudos que relacionam a música à política, é por meio da visão sobre as sociedades na óptica das suas contradições internas e externas compondo o que se pode chamar de "sociologia do conflito", que pode ser

entendido o uso político-ideológico da música, fenômeno comum nos grupos humanos hierarquizados, tanto em seus setores hegemônicos quanto entre aqueles que se lhes opõem. A música, portanto, opera como elemento distintivo de classe, como ferramenta de dominação ideológica ou de contestação, servindo como motivação em ações que visem à transformação ou à conservação da sociedade. Portanto, além de uma forma de identidade e resistência, a música é um instrumento valioso para se desvelar a realidade (Ikeda, 2001).

Ainda que a consciência política sobre a música seja majoritariamente resultante da percepção intuitiva da realidade, *A Internacional* liga-se à categoria que une, deliberadamente, música à política, imbricando-se aos movimentos organizados da esquerda radical, que expressavam o programa revolucionário de tomada do poder pela classe proletária (Ikeda, 2001). Torna-se, portanto, necessário verificar as circunstâncias históricas em que o hino dos trabalhadores se inseriu nas lutas revolucionárias das décadas de 1920 e 1930, na capital paulista, e as circunstâncias que influenciaram a sua proscrição por Joseph Stálin. Proscrição de pouca eficiência, pois as lutas populares continuaram a se desenvolver ao som de músicas e letras que recordam o ambiente histórico-social de *A Internacional*, como lembra Ikeda a propósito de músicas que revelam caráter político-ideológico evidente, embora inseridas em situações muito diversas, como observou, na década de 1990, quando camponeses do *Movimento Sem Terra* se reuniram em uma região rural brasileira, iniciando o ato com o canto do *Hino do Movimento Sem Terra*, com letra de Ademar Bogo e melodia de Willy Corrêa de Oliveira, que relembra, com mais de um século de distância, o chamamento da *Internacional* à luta contra a ordem burguesa. Os dois hinos, que poderiam ser catalogados, anacronicamente, como "músicas de protesto", revelam a duração multissecular da exploração dos "párias da terra" pelos potentados e também a longa duração da luta proletária (Ikeda, 2001). *A Internacional*, uma das canções mais conhecidas no mundo inteiro, é adotada como hino pelos seguintes movimentos: Comunista Internacional, Socialista Internacional, Social-Democrata Internacional, Democrático Internacional e Anarquista Internacional. Com o caráter internacionalista predominante, esse hino adquiriu notoriedade entre 1922 e 1944, em particular no período de 1917 a

1941. Neste último ano, Stálin determinou a troca de *A Internacional* pelo Hino Nacional da União Soviética. As suas razões calcavam-se na opção tática por ele tomada a favor da implementação do comunismo em um único país, além de considerar que, no ambiente da Segunda Guerra Mundial, os soldados russos seriam mais motivados no combate contra os nazistas pelo caráter patriótico e nacionalista do novo hino do que pelo internacionalismo do anterior. Não obstante, *A Internacional* continuou a acompanhar as lutas do proletariado, com a sua letra traduzida para inúmeros idiomas, a partir do aparecimento de sua primeira impressão em Londres, no ano de 1902. Embora não se conheça a data precisa em que o hino da III Internacional começou a ser cantado no Brasil, os arquivos policiais registram uma indicação de que isso ocorrera já em 1901, no interior das greves operárias, quando a “sociologia do conflito” se apresentou na organização dos operários em partidos políticos revolucionários, na primeira metade do século XX. Época marcada por rituais de resistência político-ideológica que uniam as massas proletárias, mas também as dividiam em grupos que desejavam assumir o comando da revolução. Como elemento fundamental desses rituais figuravam as bandeiras vermelhas e o hino *A Internacional*, símbolos que identificavam a identidade dos revolucionários a eles próprios, mas também à polícia, uma vez que a repressão às manifestações contestadoras da ordem burguesa foi se fazendo cada vez mais eficiente, aprisionando manifestantes e submetendo-os a tratamentos terríveis nas delegacias, prisões e campos de concentração, a partir da criação da Superintendência da Ordem Política e Social, em 1906, a antecessora do departamento do mesmo nome, o DOPS, criado em 1924. Esses anos assistiram à organização e ao funcionamento do aparelho estatal repressor do Estado, que se prolongou até o final da ditadura varguista, em 1945. Sob cerco policial cerrado, raras são as menções ao hino encontradas nos prontuários individuais ou institucionais dos arquivos do DEOPS. Esse silêncio é quebrado nos documentos citados neste artigo. São retalhos da realidade, mas suficientes para que possamos conhecer a história do hino da Terceira Internacional em suas conexões com movimentos operários na cidade de São Paulo, conexões que ilustram, nos limites espaciais e cronológicos adotados, a associação da música à política.

Theodor W. Adorno apresenta uma interpretação dialética da grandeza artística como uma produção verdadeira. A qualidade da arte se mede em sua dualidade, que encarna para Adorno sua verdade: exprimir a totalidade social de seu ponto de vista (é a metáfora “leibniziana”) e, simultaneamente, desenvolver a identificação do conteúdo da arte a qualquer conteúdo social diretamente dedutível da estrutura inteligível da sociedade (Adorno, 1994, p. 76). Nessa visão, o grande artista aparece como representante de uma classe ou fração de classe, encarnada em círculos próximos de mecenas e de comanditários, cuja visão de mundo ou a ideologia se encarnam na obra do artista. Lucien Goldman, na introdução de seu *Dieu caché*, define as relações materialistas de uma teoria da grandeza artística a partir de uma visão de mundo que é precisamente o conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúnem os membros de um grupo (geralmente, de uma classe social) e os opõem aos outros grupos (Goldmann, 1976, p. 59).

Quando a música e a política são analisadas comparativamente, estuda-se o teor político explícito nas letras, em sua simbolização de um momento chave da história de um determinado lugar ou época, como acontece com as canções engajadas ou “comunistas”. Estendendo-se a visão acima, aparecem as canções que integram eventos políticos, como se fossem, por exemplo, uma bandeira vermelha, como é o caso emblemático do Hino da Internacional Comunista, e que é cantado em mais de 105 versões, nas mais diversas línguas (Carvalho, 2015, p. 83-84).

O prestígio de *A Internacional* não derivou da fama nem da grandeza de seus autores. Pottier e Geveyert eram dois militantes do movimento operário francês. Eugène Pottier (1816-1887), em seus poemas, retrata os momentos das manifestações socialistas que se sucederam à Revolução Francesa. Embora boa parte de seus poemas tenha sido escrita quando dos seus exílios (primeiro na Grã-Bretanha e depois nos Estados Unidos), após o aniquilamento, em 1871, da Comuna de Paris, sua capacidade em rememorar aqueles movimentos contribuiu para a recuperação histórica das canções políticas do período. O primeiro poema de Pottier, *Vive la Liberté*, teve por tema a Revolução de 1830. Na época, Pottier estava com 14 anos e iniciara a sua adesão ao socialismo, principalmente às ideias

de Babeuf e de Fourier. Pottier participou entusiasticamente da Revolução de 1848, na França, e expressou a sua decepção com o golpe de 1851, de Luís Bonaparte, no poema *Qui la vengera?* Uma vez que não era conhecido como cancionista, Pottier não vivia de sua poesia, mas de seus ganhos como papelero e, depois, como desenhista. A sua ligação com movimentos operários e sindicalistas durou por toda a sua vida, tendo ajudado a criar a Câmara Sindical dos Desenhistas em Lille. A cidade de Lille era o centro de produção de canções políticas populares, escritas em panfletos e distribuídas às portas das fábricas de tecidos, principal produto da região, nas quais trabalhavam, na metade do século XIX, cerca de 200 mil operários, cumprindo a jornada de 12 horas. Em outros locais, havia ainda quase outro tanto de trabalhadores domésticos fazendo as mesmas tarefas nas caves, entre os quais contavam-se crianças a partir dos seis anos de idade. Assim, Lille oferecia um ambiente propício para a criação do Partido dos Trabalhadores Franceses, efetivada em 1882. Não por acaso, foi nessa cidade que se cantou *L'Internationale* pela primeira vez. A Comuna de Paris marcou a última participação de Pottier como combatente e membro eleito representante do segundo distrito (parte norte de Paris). Seus poemas descrevem vários momentos desse episódio. Assim, o poema *31 de octobre 1870* trata da ação traiçoeira da burguesia, enquanto *L'Insurgé* versa sobre o conteúdo social do movimento. Essa grande manifestação social também é tema de *La Commune de Paris* e de *L'Anniversaire du 18 mars 1871*. Pottier sobreviveu ao massacre da Semana Sangrenta (21 a 28 de maio de 1871), quando cerca de 30 mil participantes foram dizimados, e, nesse ambiente, escreveu o poema *L'Internationale*. A primeira compilação dos poemas de Pottier foi publicada em 1887, quando, de volta à França, o autor venceu um concurso de canções organizado pelo *Licée chansonnier*, uma das mais célebres *goguettes*¹ de Paris. Essa publicação foi organizada por alguns de seus amigos da Comuna, em uma edição ilustrada de suas poesias. A partir dessa coletânea, o poema *L'Internationale* tornou-se conhecido. Um dos amigos de Pottier declara, no ano de 1848, que se encontrara com ele e pudera verificar que o mesmo continuava

¹ *Goguettes* eram sociedades populares que organizavam *soirées* cantantes entre amigos e amadores da canção; em Paris, principalmente da canção política.

"vermelho", sem se ter desbotado, tal qual o conhecera quarenta anos antes (Estager, 1988, p. 20).

O autor da música, Pierre Degeyter (1848-1932), belga-francês, vivia nos arredores de Lille, onde começara a trabalhar ainda criança. Sua formação foi também autodidata, como acontecia a muitos nesse ambiente, que primava pela alta taxa de analfabetismo e falta de escolas. Apesar das dificuldades que enfrentava, Degeyter conseguiu entrar no Conservatório de Lille, que frequentava após as horas de trabalho. Nessa situação, logo se envolveu nos ambientes musicais da cidade, cantando em corais e tocando vários instrumentos. Sua reputação como músico cresceu quando passou a orquestrar e a compor canções e se tornou um militante ativo do Partido dos Trabalhadores Franceses, nele marcando a sua atuação por meio da música. Nesse sentido, formou um trio com seu irmão, que era cantor, e seu cunhado, trio que percorria as pequenas cidades vizinhas, durante os períodos de greve e de eleições, transmitindo mensagens revolucionárias nas canções de cunho político. Nessas circunstâncias político-partidárias, Degeyter recebeu a letra escrita por Pottier e, em pouco mais de uma semana, compôs a melodia no instrumento harmônio, que levava nas apresentações musicais. O coral masculino da *Lyre* de Lille cantou sua composição pela primeira vez em julho de 1888, com grande sucesso, o que motivou o Partido a se encarregar da edição inicial, com 6.000 cópias, para serem vendidas como fonte de recursos. Durante alguns anos, a autoria da música foi atribuída a seu irmão Adolphe, o cantor do conjunto, que trabalhava na prefeitura de Lille. Em 1904, Pierre Degeyter abriu um processo para recuperar seu direito à autoria, mas não teve sucesso. Três anos antes, deixara Lille e o Partido, que passou a considerá-lo como um “desertor”, qualidade que nunca lhe foi perdoada. Assim, *L'Internationale* continuou a ser impressa sem nenhum pagamento de direitos autorais, sob o argumento de que um canto socialista não podia ser de propriedade de uma só pessoa, além da função de contribuir para a manutenção do Partido. Pierre Degeyter só teve a autoria de *L'Internationale* reconhecida como sua em 1922. Logo após a primeira execução do hino, em Lille, por um coro de homens, essa composição espalhou-se regionalmente por meio dos congressos do Partido e de outras reuniões políticas. Em 1907, o poeta e

tradutor Arkadi Yakovlev (1872-1943) elaborou a versão russa da *Internacional*, que passou a ser considerada como o hino dos operários revolucionários do mundo inteiro e que se tornou, em 23 de janeiro de 1918, o hino oficial da RSFSR (República Socialista Federativa Soviética da Rússia (REIS, 2017, p. 368).

De 1924 até 1944, *L'Internationale* funcionou também como o hino da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Em 1928, Degeyter foi a Moscou para o VI Congresso e foi convidado a reger o hino com orquestra e cantores em um desfile de trabalhadores. O sucesso de sua participação nesse evento é atestado em uma carta enviada a Degeyter pelos membros da União Jovem Comunista:

Ao ritmo do vosso hino, o proletariado russo teve a primeira vitória do mundo sobre a burguesia. Seu hino sempre nos inspirou nos momentos de vitória e nos de derrota nos chamou ao combate. [...] O proletariado deve vencer! É o seu papel na história. Este hino encherá os espíritos da classe trabalhadora até a vitória final sobre o capital universal (Estager; Bossi, 1988, p. 105).

No entanto, a morte de Lênin (1924) iniciou uma luta mortal entre Stálin e Trotsky para o domínio do poder na URSS. Com a vitória de Joseph Stálin, os rumos da revolução foram por ele reorientados. Os expurgos que se iniciaram após o exílio de Trotsky para a Sibéria (1928) e de sua expulsão da União Soviética (1929) abateram-se pesadamente sobre homens e ideias. Neste último setor, Stálin renegou a doutrina internacionalista, substituindo-a pela estratégia do socialismo em um só país. Como corolários dessa opção, a III Internacional foi extinta, arrastando com ela o seu hino. Esse acontecimento trágico na história do comunismo internacional refletiu-se na adoção de um novo hino para a URSS, em março de 1944, mais condizente com o stalinismo – russo e nacionalista. Entretanto, *L'Internationale* permaneceu como o hino universal dos operários, ainda hoje entoado em muitos eventos políticos. Enquanto cantam, os manifestantes permanecem com seus punhos fechados e braços levantados, entoando especialmente a primeira e a última de suas estrofes, acompanhadas do estribilho. A primeira estrofe, conclama “o mundo escravizado, faminto e marcado pela maldição” a travar “luta de morte”, a fim de destruir o mundo opressor e criar um mundo “nosso”. Segue-se o refrão, a ser cantado duas vezes, declarando que na última e decisiva batalha, a humanidade, com a Internacional,

iria se erguer. A segunda estrofe enfatiza que os trabalhadores deveriam se libertar por eles próprios, sem esperar a intervenção “nem de Deus, nem tsar, nem um herói”. Após o refrão, a terceira estrofe, conclama que o “Grande Exército Mundial do Trabalho” deveria de pôr de pé, a fim de assegurar aos trabalhadores o “direito a mandar no planeta”. Vencida a batalha derradeira, a luz dos raios do sol começaria a brilhar para o povo. Mais uma vez, o refrão encerraria o hino (Reis, 2017, p. 369).

A dialética da luta de classes, como motor da história, é o *leitmotiv* do poema acima, estruturado de acordo com a ternaridade clássica de tese, antítese e síntese: o mundo da exploração, destruído pelo Exército Mundial do Trabalho, e a sua substituição por um mundo novo, governado pelos proletários. Nesse mundo, é claro, não haveria lugar para os antigos exploradores do povo. Em suas múltiplas versões, o hino transmite sempre as ideias transformadoras dos socialismos utópico e científico em voga, enfatizando fortemente o ataque ao poder, lançando anátemas cáusticos aos chefes ou líderes – laicos, espirituais, políticos, econômicos, civis e militares – e deixando perceber a presença dos anarquistas e de sua doutrina nas primeiras organizações da esquerda revolucionária. No refrão, a dialética de luta de classe encaminha-se para a síntese de uma “terra sem amo”. **Messias** (o grifo é nosso), Deus, os chefes supremos, os ricos, os donos de minas e fornalhas, os senhores, os generais e o Estado constituem a “corja”, os abutres a eliminar a fim de acabar com a opressão, tornando todos os seres iguais e a terra livre e comum à humanidade. Nesse discurso, a solidariedade entre os homens é mais evidente do que a luta entre classes, mas se trata de uma solidariedade de operários, necessária à eliminação dos poderosos. O internacionalismo é um dos conceitos mais radicais do texto, que jamais alude a países ou nações. Tratava-se da necessidade de unir os operários do mundo todo contra a exploração a que eram todos submetidos. Essa posição fazia frente ao debate das décadas de 1930 e 1940 que se centralizava em torno das ideias da revolução e do nacionalismo, elevados ao patamar de mitos pela esquerda, de um lado, e pela direita, do lado oposto. Mitos e não ideologia, na concepção de Hagemeyer, pois os conceitos de revolução e nacionalismo funcionavam “como pontos de referência, como elementos do

imaginário político que são adotados ou rechaçados de diferentes formas pelas ideologias políticas, variando de conformação de acordo com as mudanças de conjuntura” (Hagemeyer, 2008, p. 212). As estratégias políticas variaram radicalmente quanto ao nacionalismo e internacionalismo, tanto nas linhas da direita quanto nas de esquerda. Na letra da Internacional, a terra, o povo, os trabalhadores são os sujeitos principais do discurso, opostos dialeticamente aos burgueses, os donos do capital e, em consequência, do poder.

O sucesso da *L'Internationale* é explicado por um dos autores de um livro comemorativo do centenário do hino, Jacques Estager, pelo fato de seu texto ter conseguido, de forma notável, exprimir, nos termos da época, as ideias básicas presentes nas aspirações revolucionárias do proletariado (Estager; Bossi, 1988, p. 50). Com efeito, a letra principia com um chamado de consciência sobre a clara exploração dos trabalhadores pelo capitalismo burguês, situação que só seria revertida pela solidariedade sem fronteiras dos trabalhadores, capazes de mudar o mundo, pela sua união. O texto reproduz a divisa da Primeira Internacional – “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” e demonstra a convicção política de Pottier, confirmada por um seu amigo cancionista: “Em 1848 quando o conheci ele já era vermelho; ele não desbotou, é uma qualidade” (Estager; Bossi, 1988, p. 20). O hino reafirma a ideia internacionalista dos movimentos proletários e a dimensão universal desejada pelos românticos. Ligação, entretanto, de pouca durabilidade, uma vez que o cisma político-ideológico de 1928 entre Stálin e Trotsky rejeitou o internacionalismo, pela política imposta, com mãos de ferro, pelo primeiro, o grande vencedor da disputa pelo poder na URSS. Os dissidentes dessa política, seguidores da teoria marxista-leninista, passaram a ser tratados como trãsufugas do Partido Comunista – os célebres “renegados”. À frente deles, estava Trotsky, perseguido pela polícia política de Stálin, até ser por ela assassinado em 1940, no México (Campos, 1998, p. 25).

A Internacional em rituais revolucionários

A importância do hino dos trabalhadores nos rituais revolucionários exige um entendimento não apenas político, mas também antropológico, na medida em que o homem realiza, por meio de ritos, a sua busca por si mesmo, como indivíduo e como classe. Marx coloca essa perspectiva de modo radical, tomando o homem como raiz. Em *Antropologia Social*, a raiz é o próprio homem (Da Matta, 1977, p. 328), reflexão essa que permite a análise dos rituais como um processo em andamento, uma estrutura de comunicação, e não somente como um feixe de relações lógicas e formais. Dessa perspectiva, as condições materiais de existência do homem não consistem em uma estrutura vazia, mas comportam rituais, mitos e ideologias, na medida em que expressam “sentimentos, resolvem e colocam problemas, permitem o ensino de paradigmas, controlam energia; submetem categorias, grupos e pessoas”, dizendo coisas, fazendo e, sobretudo, fabricando coisas (Da Matta, 1977, p. 332).

Na perspectiva do materialismo histórico, as fronteiras culturais e sociais da humanidade estabelecidas entre a classe burguesa e a proletária configuram-se como a raiz das lutas proletárias em sua busca incessante de sentido e de transformação. De acordo com Kertzer, embora a vida política esteja radicada substancialmente na manipulação de símbolos, o que a classifica como um processo simbólico no qual o ritual assume o papel central, muitos analistas políticos veem o ritual como um componente superficial, uma espécie de “sobrevivência” de organizações pré-modernas, com influência quase nula no conteúdo da realidade humana. Kertzer opõe-se a essa visão convencional, demonstrando a importância do ritual para a vida política italiana (Kertzer, 2001, p. 2). Importância que pode ser estendida aos revolucionários brasileiros, da primeira metade do século XX, com a ênfase necessária à dialética marxista, em seus impactos duradouros sobre as lutas laborais. Os escritos de Marx significaram intervenções em contextos políticos e filosóficos específicos, que devem ser reconstruídos cuidadosamente. Marx, apesar de sua originalidade, não foi um pensador solitário, pois seguiu áreas de discurso já existentes e escreveu para os seus contemporâneos (Jones, 2017, p. 17-18). Como o mais destacado teórico do socialismo e do comunismo, Marx teve as suas ideias difundidas e criou grupos de seguidores em todos os continentes. Em 1867, foi publicado o primeiro volume de

sua obra mais conhecida, *O capital: crítica da economia política*, que anunciava “o colapso iminente do modo de produção da época e sua substituição pela sociedade socialista ou comunista do futuro” (Jones, 2017, p. 21), uma ideia que se apresenta de corpo inteiro na linguagem da *Internacional*, que reproduz, em linguagem sumária, os dois terços do livro que contêm os fundamentos factuais das relações entre capital e trabalho, em especial na Inglaterra. De acordo com Marx, o modo de produção capitalista surgiu por meio da expropriação da terra do homem que nela trabalhava. Quanto ao trabalho nas fábricas, Marx se utilizou de um amplo material então existente sobre a situação dos trabalhadores em vários ramos da indústria, formado por relatórios oficiais e reportagens da imprensa, para compor o painel de denúncias com o qual demonstrou aspectos negativos dessa economia: pressões para aumentar a jornada ou o ritmo do trabalho, o emprego abusivo e amplo da mão de obra infantil, os salários ínfimos que não garantiam as condições materiais de existência aos trabalhadores. O desenvolvimento capitalista produziu um exército de reserva de mão de obra, que, dependendo das flutuações da economia, ora estava empregado, ora desempregado (Jones, 2017, p. 456).

Friedrich Engels, amigo íntimo e colaborador de Marx, afirmava que graças a *O capital* o socialismo se havia convertido de utopia em ciência. Os ensinamentos de Marx foram considerados como responsáveis pela Revolução Bolchevique e por várias outras que ocorreram na Europa após a Grande Guerra. No período situado entre os dois conflitos mundiais, houve o crescimento de partidos comunistas ao estilo soviético, que após o fim da Guerra de 1939 a 1945 viram-se em posição favorável para conseguir o controle de vários Estados situados na Europa oriental. No rescaldo da Revolução Bolchevique e da difusão do comunismo à moda soviética, Marx passou a ser celebrado como o “épico fundador e legislador do comunismo, numa mitologia de proporções monumentais”, além de ser visto como o criador do materialismo histórico – a ciência da história – e, em companhia de Engels, “como arquiteto da filosofia científica correspondente – o materialismo dialético” (Jones, 2017, p. 22). Com as denúncias sobre os crimes de Stálin e os seus desvios doutrinários, numerosos grupos dissidentes se formaram em diversos países, reafirmando a teoria marxista-

leninista e, dessa forma, colaborando para fortalecer a mitologia em torno de Marx. O legado de Marx foi protegido por estratégias diferentes, resultando na visão inflada sobre o significado de sua teoria para a marcha da revolução proletária. Nos setores de esquerda radical, Marx foi considerado “como o filósofo que realizou nas ciências humanas tanto quanto Darwin tinha realizado nas ciências naturais” (Jones, 2017, p. 23).

Nos anos de 1890-1930, os debates dos comunistas dirigiram-se à queda do capitalismo que Marx teria defendido no terceiro volume de *O Capital*, ainda inédito. Era a “teoria do colapso”, segundo a qual o capitalismo chegaria ao fim pela razão do esgotamento de novos mercados para explorar e não apenas em consequência da revolta operária. A publicação do último volume de *O Capital*, no ano de 1894, produziu críticas e desapontamentos, que foram, por fim, afastados como heresias:

Desde o início, o que veio a ser chamado de “marxismo” foi construído a partir de uma visão resolutamente seletiva daquilo que era para ser considerado teoria, não apenas em relação a possíveis hereges, mas também em relação ao próprio Marx. O Marx celebrado na década de 1890 e além era o teórico da universalidade do capitalismo e seu inevitável colapso global (Jones, 2017, p. 24).

É surpreendente verificar que conceitos socialistas e comunistas penetraram quase no mesmo tempo em que surgiram. Dez anos antes do lançamento de *O Manifesto*, editava-se, no Rio de Janeiro, *O Socialista*, jornal que defendia o estabelecimento de uma “cidadania universal”. A partir de 1840, o médico Benoît-Jules Mure e o engenheiro Louis Leger Vauthier faziam a propaganda do socialismo de Charles Fourier, no Brasil. Na Revolta Praieira discutiram-se bastante as ideias sociais, precedidas pela publicação da revista *O Progresso*, que trazia informações sobre o movimento operário europeu e americano, incluindo informações sobre os comunistas suíços e sobre a *Liga dos Justos*, mãe da futura *Liga*, que tinha entre seus membros Marx e Engels. Esse periódico abrigava a análise das classes sociais nordestinas, o combate ao latifúndio, a proposta de impostos progressivos sobre a propriedade não cultivada e outros temas que entraram na pauta futura dos comunistas brasileiros. A propósito, vale notar que o termo “comunismo” era usado comumente na

imprensa e no Parlamento. Portanto, há mais de um século as classes dominantes brasileiras temiam o “*fantasma do comunismo* e podiam figurar, nas páginas d’*O Manifesto*, ao lado de Guizot e de Metternich” (Bandeira, 1980, p. 15). As referências à Comuna de Paris e à Primeira Internacional frequentam assiduamente a imprensa brasileira da época, na pena de vários intelectuais, como Henrique Milet que defendia a escravidão referindo-se à miséria dos operários europeus, e Aprígio Guimarães que citava a Internacional Vermelha para atacar a Internacional Negra, isto é, o Jesuitismo. Além dos intelectuais, os proletários estiveram presentes nas campanhas da Abolição e da República, sequestrando escravos e transportando-os para províncias livres e até para o Uruguai. Os republicanos de Pernambuco faziam comícios na Praça de São José do Ribamar, local onde se localizava a irmandade dos pescadores e trabalhadores do mar. Quando esse largo foi ocupado pela polícia, Castro Alves se revoltou e compôs o seu poema célebre: “A praça, a praça é do povo, como o céu é do condor” (Bandeira, 1980, p. 15-17).

Nos anos de 1860-1869, dezenas de publicações operárias denotam a tomada de consciência dos trabalhadores. No decênio seguinte, o periódico *Revolução* era contra tudo e todos e só acreditava no poder das bombas. De 1878 em diante, surgiram diversos clubes socialistas, não mais de inspiração no socialismo utópico de Fourier, mas que traziam ideias marxistas divulgadas pelo Partido Social Democrata Alemão. A partir de 1894, em São Paulo, vários líderes operários – todos anarquistas – foram presos pelo fato de procurarem promover a comemoração do 1.º de Maio. A influência das ideias libertárias no Brasil já era suficiente para justificar a publicação do “Decálogo dos Anarquistas” pelo *Almanaque de Pernambuco*, em 1899. O ano de 1907 marcou as primeiras comemorações públicas do 1.º de Maio, no Rio de Janeiro. A influência hegemônica dos anarquistas, nos decênios formadores de partidos e correntes de esquerda radical no Brasil, foi marcada por erros e méritos, levando dezenas de homens às prisões, ao desterro no Acre – conhecido como a Sibéria brasileira – à tortura e à morte. Sem os grandes e corajosos ativistas libertários, não seria possível obrigar a burguesia às primeiras concessões feitas aos trabalhadores. As comemorações do Dia do Trabalho balizam essa marcha. Em 1906, a data foi saudada como a consecução do ideal de Marx. Um ano após, as comemorações marcaram-se por

discursos incendiários e concertos musicais, realizados no Teatro Santa Isabel, no Recife, tendo um enorme retrato de Marx, como pano de boca (Bandeira, 1980, p. 21-24).

Por meio do simbolismo do Hino da Terceira Internacional e das lutas operárias do passado, é possível acompanhar um dos capítulos mais significativos da história da organização dos trabalhadores em partidos ou correntes da esquerda radical, que reivindicava o fim das desigualdades da sociedade burguesa.

Em seu temário, o hino apresenta a tese do internacionalismo, como estratégia fundamental para que os trabalhadores melhorassem as suas condições de existência, conseguindo criar uma sociedade mais justa, tese que conquistou todos os movimentos proletários então existentes. A defesa do proletariado pelos libertários é reconhecida pela literatura sobre movimentos operários no Brasil: antes dos comunistas, eram eles que davam a linha justa, editando jornais, revistas e livros, mas, especialmente, organizando o operariado em sindicatos (Ribeiro, 1985, verbete n.º 294). Assim é que o comício de 1.º de maio de 1915 reproduziu ideias anarquistas, apresentando faixas com os dísticos: “Abaixo a guerra!” e “Viva a Internacional dos Trabalhadores!”. As manifestações continuaram durante 1915, com o crescente agravamento da situação dos operários em São Paulo, provocado pela exploração a que estavam submetidos e como consequência da Guerra de 1914-18. Os trabalhadores incentivaram movimentos revolucionários que pretendiam a modificação estrutural da sociedade, organizando greves e passeatas a favor da paz. Em 16/7/1915, 80.000 operários se reuniram na Praça da Concórdia, tomando a si a tarefa de organizar a massa operária (Dias, 1977, p. 303). A reunião se encerrou com os presentes cantando *A Internacional* (PRONTUÁRIO n.º 122, v. 1).

Em finais de outubro de 1917, as notícias sobre a Revolução Bolchevique chegaram ao Brasil, provocando grande entusiasmo nos meios operários e acirrando, ao mesmo tempo, o aparelho repressivo. No entanto, a declaração do estado de guerra com a Alemanha e o consequente estado de sítio paralisou o movimento operário paulista. O fim da Grande Guerra permitiu que os operários voltassem às lutas e comemorações, como ocorreu em Primeiro de Maio de 1919,

com a realização de um comício na Praça da Sé. Após a fala dos oradores, uma multidão de trabalhadores, entoando *A Internacional*, marchou pelas ruas do centro da cidade, precedida por uma comissão integrada por moças vestidas com blusas vermelhas, que distribuíam cravos da mesma cor aos assistentes (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 1919).

O acirramento da repressão policial influenciou negativamente a presença do hino nas passeatas e reuniões partidárias, que por princípio deveriam ser realizadas em silêncio. A persistência de um canto associado à luta proletária exemplifica o vigor dos rituais na vida dos revolucionários, como ferramentas utilizadas para propósitos políticos (Kertzer, 2001, p. 123). A identidade do "comunista" conectava-se ao simbolismo expresso pela letra e música de um hino que conclamava os operários do mundo todo à luta contra a burguesia exploradora. O sentimento de unidade fortalecia-se por meio de rituais, que criavam e aprofundavam os laços de solidariedade entre os camaradas, na "química da multidão" (Durkheim, 1974, p. 22-23).

Mauss e Lévi-Strauss, acompanhando Durkheim, desenvolveram o conceito de mito como o pensar pleno, enquanto o rito estaria ligado à prática, realçando a dicotomia entre a realidade social e as suas representações (Lévi-Strauss, 1975). Embora Durkheim tenha enfatizado que é pela ação comum que a sociedade toma consciência de si, afirmando-se e recriando-se periodicamente, e Mauss tenha visto a magia como uma forma individual e privilegiada de um fenômeno coletivo, por várias décadas a apropriação histórica desses autores – inclusive por Lévi-Strauss – separou heurísticamente os dois níveis: os mitos ficaram associados às representações e os ritos às relações sociais empíricas. De acordo com Lévi-Strauss, o mito confere sentido sobre "o que dizem as palavras" enquanto o ritual seria "o modo pelo qual as coisas são ditas" (Silva, 2008, p. 3). Dessa perspectiva, os eventos culturais, como práxis expressiva das relações sociais simbólicas, tornam-se uma prática derivada do mito, uma mensagem que aproxima as pessoas e concede um sentido estratégico às ações sociais, tornando possível entender a carga emocional que se apresenta nos movimentos do proletariado, como uma força extraordinária a encorajar os militantes por meio de expressões ritualísticas (Hobsbawm, 2000).

Na óptica dos antropólogos, os rituais têm em comum alguns traços formais e padronizados, que se baseiam, de modo variável, nos chamados "constructos ideológicos", isto é, nos vínculos existentes entre a forma e o conteúdo, que são essenciais para a eficácia da cultura, imbricada na forma assumida pelo ritual (Peirano, 2000, p. 11-12). Com efeito, define-se o ritual como um sistema de comunicação simbólica, culturalmente construído e constituído por regras segundo as quais os atos e palavras são organizados em sequências, expressas por múltiplos meios, cujo conteúdo e arranjo caracterizam-se por graus variados de formalismo (convencionalismo), estereotipismo (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição) (Peirano, 2000, p. 12).

O mito é, em suma, o espelhamento discursivo que reflete e refrata o imaginário e a ideologia de um povo. Por meio dele, entende-se que toda realidade é atravessada pela linguagem, a qual, num movimento simultâneo, transparece e obscurece essa mesma realidade. A esse duplo movimento dá-se o nome de ideologia. Portanto, ao ser uma forma discursiva, que possibilita tangenciar o universo cultural-cognitivo de um povo, o mito medra no território da ideologia (Borges, 1998, p. 45). Para os comunistas, a admissão no PCB equivalia à penetração no Bosque Sagrado das religiões africanas tradicionais. E, ser expulso, era uma espécie de "perder a alma", pois os companheiros de jornada passavam a tratar os "expurgados" como réprobos sociais e traidores da revolução. Camaradas do Partido ou seus dissidentes continuaram a cantar o hino, mesmo quando a Terceira Internacional foi extinta e a URSS adotou um outro hino, medidas que vieram a consubstanciar a doutrina stalinista do socialismo em um só país.

A entrada no "Bosque Sagrado" das culturas místico-religiosas da África Negra, que constituía um dos elementos-chave nos rituais de iniciação, pode ser comparado à admissão dos candidatos no quadro partidário do PCB. Em consequência, a expulsão de um camarada do partido assemelhava-se à "perda da alma" dos africanos. Vistos como trãnsfugas da revolução, os membros expurgados, após um processo doloroso, deveriam ser evitados pelos antigos companheiros, proibidos de lhes dirigir a palavra ou de manter com eles qualquer tipo de relacionamento.

Trotskistas e stalinistas na Guerra Civil Espanhola (1936-39) entoaram a *Internacional* como um canto de combate, que opunha o nacionalismo popular ao internacionalismo proletário, ao mesmo tempo em que lutavam pela República contra Franco e os seus apoiadores nazifascistas internacionais. A vitória popular de 19 de julho de 1936 ocorreu ao som do *Internacional*, há muito tempo entoado pelos movimentos operários espanhóis, em especial nas comemorações do Primeiro de Maio (Hagemeyer, 2008, p. 211-231). As brigadas vermelhas eram formadas por voluntários, uma vez que Stálin não permitiu a intervenção de tropas regulares no conflito, fato que veio a assegurar a vitória aos falangistas, pois Franco, ao contrário dos legalistas, obteve o apoio das ditaduras fascistas instaladas na Alemanha e Itália. Nesse confronto, os temas do internacionalismo e do nacionalismo apresentaram-se nos campos de batalha. Para os republicanos e as brigadas internacionais, formadas majoritariamente por comunistas, o conceito do internacionalismo era dominante, enquanto as falanges defendiam o conceito do ultranacionalismo das ditaduras fascistas. Nas frentes de batalha e nas retaguardas, *A Internacional* foi o hino mais cantado, embora tenha gerado desacordos profundos entre comunistas ortodoxos e dissidentes. No interior da guerra, chegou a servir até mesmo de senha para os soldados, o que acabou por enganar um batalhão inglês das Brigadas Internacionais: mouros aproximaram-se desse batalhão cantando *A Internacional* e conseguiram, com esse ardil, aprisionar uma companhia inteira. Na confusão de línguas e de correntes político-partidárias que estiveram presentes no combate contra Franco, os historiadores observam que apenas a melodia do hino da III Internacional constituía um denominador comum aos combatentes (Hagemeyer, 2008, p. 225). Não só nos combates, mas também na esfera civil, o hino funcionava como um elemento estratégico importante para levantar o moral dos trabalhadores. A respeito, Patrícia Galvão, provavelmente no ano de 1935, escreve a Oswald de Andrade contando que havia participado de um desfile dos partidários do *Front Populaire*, na cidade de Paris, no qual pode observar o apoio da população aos manifestantes, que marchavam cantavam a *Internacional*, “aplaudidos pela população, passando pela polícia num volume extraordinário de força” (Campos, 1998, p. 430).

No Brasil, a substituição da *Marselhesa* pela *Internacional*, iniciada em 1915, solidificou-se após o fim da Guerra de 1914 a 1918. São os documentos da polícia política que dão conta do fato, uma vez que o simples entoar do hino levava os operários aos cárceres da repressão. Com o desenvolvimento industrial de São Paulo e a organização dos trabalhadores em clubes e sindicatos, a reação foi se tornando cada vez mais eficiente. Assim, as reuniões operárias eram minuciosamente acompanhadas por agentes infiltrados, que depois faziam os "informes reservados" sobre o que haviam observado. No dia 14/11/1933, por exemplo, um agente descreve uma reunião anti-integralista, realizada nas Classes Laboriosas, após a qual um grupo de camaradas, liderado pelo trotskista Aristides da Silveira Lobo, rumou para a Praça da Sé, dando vivas ao comunismo e ao anarquismo e, ao chegar ao local programado, entoaram *A Internacional* (PRONTUÁRIO n.º 37, v.1), cumprindo os mesmos rituais das décadas anteriores.

A Internacional continuou a ser cantada pelos dissidentes do PCB, que assim integravam à luta proletária o repúdio à linha stalinista. É esse o ambiente a explicar o papel desempenhado pelo hino dos trabalhadores nos rituais revolucionários, como podemos acompanhar em documentos variados. *A LUCTA DE CLASSE*, por exemplo, noticia que, após a violenta onda de repressão que se seguiu a 1935, remanescentes da Liga Comunista Internacionalista realizaram, em agosto de 1939, a “Primeira Conferência Nacional dos Militantes da 4.^a Internacional no Brasil”, com o objetivo de unificar os revolucionários brasileiros que dissentiam de Joseph Stálin. Durante essa conferência foi fundado o Partido Socialista Revolucionário, como a seção brasileira do Partido Mundial da Revolução Socialista, com base no programa da 4.^a Internacional. Patrícia Galvão, a Pagu, figurou na Presidência de Honra, ao lado dos “camaradas Trotsky, Alberto Besonchet, Manoel Medeiros, Gonzaga, Lino, Paulo e Lituano”. Após o relato da situação dos companheiros mortos, exilados ou presos pela reação, os conferencistas decidiram solicitar a filiação do PSR ao Secretariado Internacional do Partido Mundial da Revolução Socialista e passaram a eleger os membros integrantes do Comitê Central. Entre os eleitos, estavam novos e velhos militantes do PCB, que permaneceram fiéis aos princípios de Marx e Lenine, recusando-se “a chafurdar na lama do oportunismo stalinista e da 3.^a

Internacional”. Como ato final da reunião, temos a descrição do ritual que se seguiu: os presentes, de pé, com os braços “encadeados”, “entoaram juntos as estrofes vibrantes do hino imortal dos trabalhadores – A Internacional – erguendo vivas ao PSR, à 4.^a Internacional e à próxima vitória da Revolução Proletária”.

Conclusão

A complexidade em se estudar a organização da classe trabalhadora em correntes políticas começa pelo fato de que o campo revolucionário de “esquerda”, em suas origens, abrigava vários núcleos e uniões, de pelagem e cores variadas. Nesse campo, o Partido Comunista tornou-se, a partir da década de 1920, a corrente mais importante, mas as suas raízes anarquistas revelavam-se inescapáveis. Em torno do PCB, organizaram-se correntes heterodoxas, dispostas a reconduzir o partido dos proletários às suas origens marxista-leninistas que, segundo elas foram traídas por Stálin. Em São Paulo, a cidade mais industrializada do Brasil, o campo da militância de esquerda povoava-se com anarquistas, comunistas stalinistas, dissidentes comunistas da linha trotskista e socialistas. Individualmente ou em grupo, todos tentavam assumir a vanguarda da revolução proletária, por meio de táticas que se assemelhavam entre si. Essas táticas utilizavam-se largamente da música, em especial, do hino *A Internacional Comunista*.

A um mero murmurar das três primeiras notas da *Internacional*, sua melodia vem à mente e suas palavras iniciais são logo recuperadas. É tal a força desse hino, que parece estar gravado na memória profunda de cada um, podendo provocar sentimentos tanto de alegria e simpatia, quanto de desprezo e repulsa, segundo a posição ideológica daqueles que o ouvem.

A luta histórica dos trabalhadores por mudanças das estruturas burguesas da sociedade registra-se na letra do hino, que principia com um chamado de consciência sobre a radical exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, situação que só seria revertida pela solidariedade sem fronteiras entre operários e camponeses do mundo todo. O texto reproduz a divisa da Primeira Internacional, enfatizando a responsabilidade dos proletários na instalação de

uma sociedade igualitária, sem exploradores ou explorados. As disputas entre as diversas correntes ideológicas, organizadas ou não em partidos (neste segundo caso, o exemplo mais notório é o dos anarquistas) acompanharam os ritmos internacionais da Revolução Bolchevique. Entretanto, a análise semântica do hino demonstra que as suas raízes se inserem com maior força nas revoluções de 1848, balizadas pela Comuna de Paris, como podemos atestar na tradução do francês para o português, realizada pelo anarquista Neno Vasco. O materialismo histórico e a luta de classe como motor da história encontram-se em algumas versões da letra, especialmente em circunstâncias mais específicas, como no *Hino do Movimento Sem Terra*, dos trabalhadores brasileiros.

Embora o casamento entre o hino e a revolução comunista tenha experimentado seus primeiros revezes após o cisma político ideológico entre Stálin e Trotsky, *A Internacional* subsistiu em alguns dos rituais revolucionários, como nas passeatas e reuniões partidárias dos tempos de Getúlio Vargas. A persistência de um canto associado à luta proletária atesta o vigor dos rituais na vida política, como ferramenta estratégica, utilizada para propósitos partidários e para a estruturação da identidade do militante.

Bibliografia

ADORNO, T. W. **Introduction à la sociologie de la musique**. Genève: Ed. Contrechamps, 1994.

ALEKSIÉVITCH, S. **O fim do homem soviético**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BANDEIRA, M. **O Ano Vermelho** – A Revolução Russo e seus reflexos no Brasil 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BEIGUELMAN, P. **Os companheiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Símbolo, 1977.

BORGES, L. C. **Fala instituinte do discurso mítico Guarani Mbya**. Tese (Doutorado em linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CAMPOS, A. L. de A. **"Tempos de viver": dissidentes comunistas em São Paulo (1931-36)**. Tese (Doutorado em Livre-docência) - Faculdade de História, Universidade Estadual Paulista, 1998. Mimeo.

CARVALHO, F. L. de. Towards a listening and Communist music. **Analytica**. São João del-Rei, v. 4, jul./dez. de 2015.

DA MATTA, R. Centralização, estruturas e o processo ritual. **Anuário Antropológico**, v. 1, n.º 1, Rio de Janeiro, 1977, pp. 327-335.

DIAS, E. **História das lutas sociais no Brasil**, 2ª. Edição, São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1977.

DULLES, J. W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DULLES, J. W. F. **Comunismo no Brasil, 1935-1945**: repressão em meio ao cataclismo mundial. Nova Fronteira, 1985.

DURKHEIM, É. **The Elementary Forms of Religious Life**. Glencoe: Free Press, 1974.

ESTAGER, J.; BOSSI, G. **L'Internationale: 1888-1988**. Messidor/Éditions sociales, Universidade de Michigan, 1988.

GOLDMANN, L. **Le Dieu Caché**. Paris: Gallimard, 1976.

HAGEMeyer, R. R. A Internacional: sentidos dissonantes no Hino dos Trabalhadores durante a Guerra Civil Espanhola. **Projeto História**. São Paulo, n. 36, jun. 2008.

HOBSBAWM, E. J. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do Trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWM, E. J. **Como mudar o Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBSBAWM, E. J. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

IKEDA, A. T. Música, Política e Ideologia: Algumas Considerações. **V Simpósio Latino-Americano de Musicologia**. Fundação Cultural de Curitiba. Curitiba-Paraná, 18 a 21 de janeiro de 2001, baseada na tese: IKEDA, A. T. **Música Política: imanência do social**. Tese (Doutorado em Música) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

JONES, G. S. **Karl Marx**: grandeza e ilusão. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KERTZER, D. Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano. **Horizontes Antropológicos**, vol.7, n. 15. Porto Alegre, jul. 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

MAFFEI, E. **A greve**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PEIRANO, M. G. S. **A análise antropológica de rituais**. Brasília: Série Antropologia, 2000.

REIS, D. A. (org.). **Manifestos vermelhos e outros textos históricos da Revolução Russa**. Introdução de Daniel Aarão Reis. São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

RIBEIRO, D. **Aos trancos e barranco como o Brasil deu no que deu**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

REMNICK, D. **O túmulo de Lênin**: os últimos dias do Império soviético. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, M. B. R. **Ritos, rituais e cerimônias e suas implicações políticas nas organizações contemporâneas**, nº 0, ano 1, Londrina: Revista NIC, 2008.

Fontes

GALVÃO, P. (Pagu). Carta a Oswald de Andrade, de 17 de julho, sem referência ao ano. In: CAMPOS, A. (Org.). **Pagu**: vida e obra. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HINO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. Acesso: 01/08/2019. Disponível em: <www.unioeste.br/projetos/histedopr/bibliografia/INTERNACIONAL_COMUNISTA.pdf>

JORNAL AVANTI, 02 e 03 de março de 1901. CEDEM/UNESP (Centro de Documentação e Pesquisa da Memória Operária da Universidade Júlio de Mesquita Filho do Estado de São Paulo).

JORNAL AVANTI, nº. 22, 16 e 17 de março de 1901. CEDEM/UNESP (Centro de Documentação e Pesquisa da Memória Operária da Universidade Júlio de Mesquita Filho do Estado de São Paulo).

JORNAL CORREIO PAULISTANO, 14/1/1903. Fundo Arquivo do Correio Paulistano. Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 1/5/1919 e 3/5/1919. *Apud*: DULLES, J. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

PRONTUÁRIO n.º 37, v. 2, de Aristides da Silveira Lobo. *DEOPS/SP*. (Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo). Arquivo Público do Estado de São Paulo.

PRONTUÁRIO n.º 122, v. 1, de Edgard Leurenroth. *DEOPS/SP*. (Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo). Arquivo Público do Estado de São Paulo.

PRONTUÁRIO n.º 152, v. 1, de Francisco Frola. *DEOPS/SP*. (Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo). Arquivo Público do Estado de São Paulo.

PRONTUÁRIO n.º 848, de Agostinho Farina. *DEOPS/SP*. (Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo). Arquivo Público do Estado de São Paulo.